

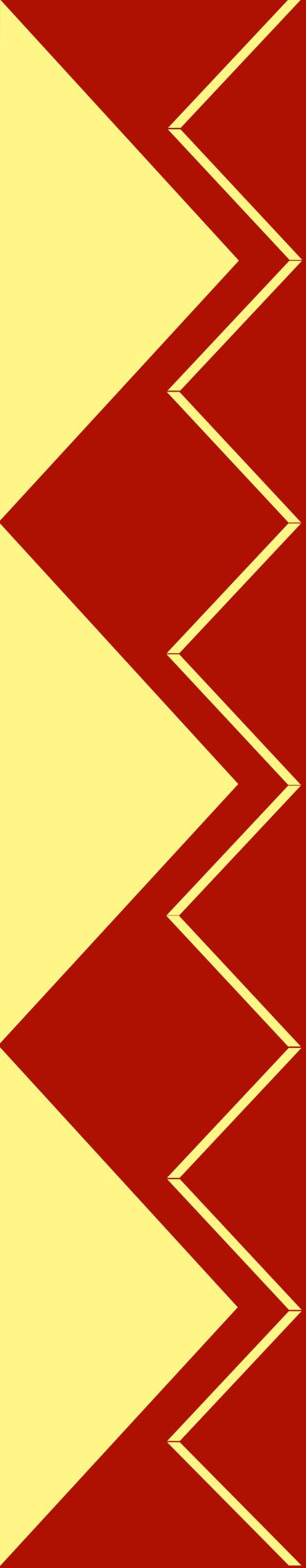
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL

PDPG

AMAZÔNIA LEGAL MARANHENSE

***DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL,
SUSTENTABILIDADE E
ATIVIDADES SOCIOECÔNOMICAS***





PDPG

AMAZÔNIA LEGAL MARANHENSE

**DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL,
SUSTENTABILIDADE E
ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS**



Universidade Federal do Maranhão

Reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

Vice-Reitor Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA Editora da UFMA

Diretor Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Conselho Editorial
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa
Prof^a Dra. Diana Rocha da Silva
Prof^a. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowiski Lavarda
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães
Prof. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues
Prof. Dr. João Batista Garcia
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ANA CAROLINE AMORIM OLIVEIRA
ARKLEY MARQUES BANDEIRA
CONCEIÇÃO DE MARIA BELFORT DE CARVALHO
KLAUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM
YURI SAMPAIO CAPELATTO LOGRADO

PDPG

AMAZÔNIA LEGAL MARANHENSE

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL,
SUSTENTABILIDADE E
ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS

São Luís



EDUFMA

2022

Copyright© 2022 by EDUFMA

Autoras/es

Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Dr. Arkley Marques Bandeira
Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim
Dr. Michele Angelo Tinagli Casarosa
Tereza Cristina Lobato Pereira
Yuri Sampaio Capellato Logrado
Maria Alice Pires Oliveira Van Deursen
Kátia do Perpétuo Socorro Viana Santos de Alencar
Mariana Queen Cardoso da Silva
Nyedja Rejane Tavares Lima
Suelen Cipriano Milhomem Dantas
Vanessa Matos Tavares Cogo

Capa e Projeto Gráfico
Dinho Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

PDPG Amazônia Legal Maranhense [recurso eletrônico]: diversidade sociocultural, sustentabilidade e atividades socioeconômicas/Ana Carolina Amorim Oliveira... [et al] — São Luís, EDUFMA, 2022.

118 p.:il.

Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-5363-075-8

1. Diversidade sociocultural – Amazônia Legal . 2. Sustentabilidade – Amazônia Legal 3. Atividades socioeconômicas - Amazônia Legal
I. Oliveira, Ana Carolina Amorim.

CDD 300.098 113 812 1
CDU 304.4(811.3:812.1)

Elaborada pela bibliotecária Luciana Palácio de Moraes - CRB 13 /585

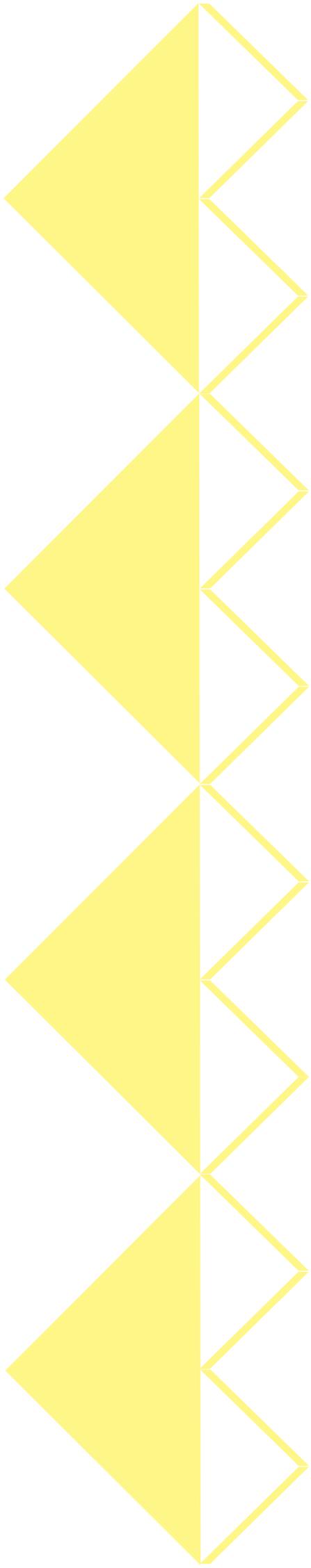
Publicado no Brasil [2022]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste e-book pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão dos autores.

EDUFMA | Editora da UFMA
Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga
CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
IMBIRAL: CABEÇA-BRANCA	7
FESTA DOS RAPAZES E FESTA DA MENINA MOÇA	17
BAIXADA E REENTRÂNCIAS MARANHENSES	33
A CERÂMICA QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, EM ALCÂNTARA	34
DOSSIÊ FOTOGRÁFICO	49
CADERNOS DE CAMPO:	
PESQUISA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS	50
ITAMATATIUA	52
MACAJUBAL	64
SÃO JOSÉ DOS PRETOS	69
COMUNIDADE DE DAMÁSIO - GUIMARÃES	81
CURURUPU	90
PORTO DO NASCIMENTO	102
SANTO ANTÔNIO DOS CARVALHOS	109
AGRADECIMENTO	115



APRESENTAÇÃO

O presente catálogo intitulado «PDPG Amazônia legal maranhense: Diversidade cultural, sustentabilidade e atividades socioeconômicas» é fruto do projeto institucional “Conservação da biodiversidade: interface da economia criativa com a qualidade ambiental” do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - PDPG Amazônia Legal Maranhense da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Este é um programa institucional ao qual está vinculado o Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade-PGCULT/UFMA e suas pesquisas de docentes e discentes nos respectivos Grupos de Pesquisa “Grupo de estudo e pesquisas em Patrimônio Cultural” (CNPQ), Grupo de Pesquisa História, Cultura, Arte Cemiterial, Música e Literatura: percepções, resistências e perspectivas”(CNPQ) e Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política-GPEAEP/CNPQ e do Observatório Cultural do Maranhão vinculado ao PGCULT.

O projeto Amazônia Legal Maranhense objetiva qualificar profissionais e estudantes egressos das distintas áreas para atuarem no ensino, pesquisa e extensão, bem como na gestão de políticas públicas que priorizem temas e objetos de estudos voltados para Amazônia Oriental, com o recorte territorial para a Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses.

O presente catálogo traz imagens das pesquisas realizadas por docentes e discentes na Amazônia Legal Maranhense desde a Baixada à região centro-sul do Maranhão, especificamente, na Terra Indígena Araribóia.

A primeira parte trata da pesquisa de mestrado da aluna Alice Pires Van Deursen sobre a comunidade de Imbiral - MA e as relações interétnicas, entre indígenas e quilombolas, presentes neste território.

No segundo dossiê, trazemos imagens e impressões do povo Tenetehara ou Tentehar, que é um povo de língua Tupi-Guarani, conhecido pelos não indígenas como Guajajara. Os registros da Festa dos Rapazes e da Menina Moça na aldeia Lagoa Quieta e Aldeia Chupé, Terra Indígena Araribóia, ocorreram entre os meses de setembro e outubro de 2021, são um desdobramento da pesquisa da professora Ana Caroline Amorim Oliveira com este povo desde 2016.

No terceiro dossiê, apresentamos o estudo do professor Dr. Arkley Marques Bandeira sobre a produção ceramista de Itamatatua, em Alcântara, ressaltando as ligações entre esse conhecimento ancestral e a formação histórica e social no Maranhão.

E, por último, apresentamos as impressões das visitas realizadas a diversas comunidades quilombolas da Baixada Maranhense entre os dias 06 a 09 de outubro de 2021 por uma comissão do PGCULT formada por quatro professores e dois estudantes.

É importante ressaltar que as ações e imagens aqui apresentadas são frutos de trocas entre professores e alunos do PGCULT e pessoas das comunidades visitadas. Em todas as interações houveram esclarecimentos sobre do que se tratava a captação das imagens e anuência das pessoas e eventos retratados.

É importante esclarecer que as visitas propõem o estabelecimento de novas agendas, com vistas a que estas populações se autodeterminem e articulem por elas mesmas uma agenda de pesquisas. Tais pesquisas estão pautadas em uma perspectiva de descolonização do conhecimento, da eurocentricidade e da androcentricidade promovendo de uma forma crítica uma maneira de olhar horizontalizada entre os sujeitos de pesquisa.

Apresentamos o presente catálogo fotográfico das visitas realizadas a territórios e comunidades tradicionais da chamada Amazônia Legal.

Bom passeio!

COMUNIDADE

IMBIRAL

CABEÇA-BRANCA

IMBIRAL

É uma comunidade localizada no município de Pedro do Rosário que é uma das municipalidades componentes da Mesorregião Geográfica da Baixada Maranhense, distante aproximadamente 292 km da capital, São Luís. Embora o território Imbiral Cabeça-Branca, seja titulado pela Fundação Palmares como quilombola, parte da comunidade se identifica como indígena Gamela. Isso deve-se ao fato da localidade ter sido originariamente formada por alianças interétnicas constituídas entre indígenas e quilombolas.

No século XIX (1810) as matas do Turiaçu acolhiam escravizados africanos que fugiam das colônias no litoral e formavam resistentes quilombos, a localidade também abrigava indígenas que migravam da região dos rios Pindaré e Caru (Tenetehara) e da região do baixo Tocantins (Awa e Ka'apor). Foi nesse contexto que indígenas e quilombolas se aliaram e criaram relações de parentesco.

A cobertura vegetal e a difícil localização, tornaram o lugar estratégico para a organização e a deflagração da Insurreição dos escravos de Viana em 1867, ocasião em que os habitantes do quilombo São Benedito do Céu, ao tomar conhecimento que as tropas de todo o país haviam se deslocado para a guerra com o Paraguai, enxergaram nessa conjuntura, momento propício para um ataque armado às principais fazendas de Viana com o intuito de libertar seus irmãos que se encontravam cativos. A revolta teve importante participação de indígenas Gamela sendo considerada uma das mais importantes do Brasil. A comunidade de Imbiral é resultante da dispersão dos antigos moradores do quilombo São Benedito do Céu e comunidades vizinhas.



Criança indígena Gamela da comunidade de Imbiral, segurando uma gamela de coco najá

Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)

A comunidade relata que quilombolas e indígenas (Gamela e Ká'apor) conviviam e partilhavam de tudo, além dos produtos da caça, da pesca, realizavam rituais religiosos juntos e possuíam grandes pomares e roças em comum. Foi assim que casaram, miscigenaram-se e estabeleceram relações de parentesco. Atualmente chama atenção a beleza do cenário interétnico existente na comunidade, o lugar é permeado de uma rica cultura com base na ancestralidade negra e indígena, características também reconhecidas nos traços físicos dos seus moradores.



Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)



As irmãs Dielly e Dielma. Ambas possuem características indígenas e negras
Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)



Foto: Alice Pires Van Deursen (2019)

Os irmãos Railton e Genivan também possuem características negra e indígena. Railton (à esquerda) está tocando tambor de crioula e Genivan (à direita) está com um alargador feito de taboca de bambu colhido dentro do território.

PESCA DE SUBSISTÊNCIA

A pesca é uma importante prática na economia de subsistência de Imbiral e se constitui na principal fonte proteica da comunidade. As atividades de pesca são realizadas no complexo aquífero do rio Turiaçu que além do próprio rio, abrange lagoas, igapós e igarapés. Os constantes desmatamentos têm provocado a escassez de peixes nos outros afluentes a exemplo do rio de Folhas, Bonito (ou Braço), Pau Ferrado, do Bispo e de areia (ou Jaco).

Realizadas em grupos, as pescarias também acontecem no período noturno. A comunidade faz uso de tarrafas, confeccionadas por pessoas da comunidade, socó, caniço e malhadeira de curto alcance, embora esta última seja mais utilizada nos igapós, seu uso é evitado ao longo do leito do rio Turiaçu.

Socó – apetrecho de pesca utilizado pela comunidade de Imbiral



Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)

Jovem da comunidade tecendo uma tarrafa, artefato usado nas pescarias



Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)

Jovem da comunidade com uma tarrafa



Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)



Peixe cozido para o almoço, pescado no rio Turiaçu
Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)



Peixes do rio Turiaçu secando ao sol
Foto: István Van Deursen (2021)

EXTRATIVISMO VEGETAL DE COLETA



Mulheres preparando a juçara na comunidade de Imbiral
Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)

A comunidade pratica o extrativismo vegetal de coleta. As principais frutas encontradas no território são: juçara, bacaba, buriti, manga, ata, goiaba, caju, entre outras. Em 2020 aconteceu um grande incêndio de causa ainda desconhecida, queimando boa parte do juçaral, a comunidade se mobilizou para apagar o incêndio, algumas pessoas chegaram a sofrer queimaduras.

A coleta e o preparo são feitos tanto por homens quanto por mulheres e para retirar a polpa utilizam as mãos, água e uma garrafa de vidro. As conversas em torno do preparo da juçara tornam o momento de grande descontração.

ADORNOS



Os cordões, adornos ou enfeites são compreendidos como referências culturais, a maioria das pessoas sempre usa mais de um tipo de cordão, os adornos são confeccionados com miçangas, bambu, dentes de animais ou sementes de plantas colhidas dentro do território.



Luís Teixeira, pajé da comunidade com cordões de miçangas e sementes
Foto: Alice Pires Van Deursen (2019)



Jovem com adorno na cabeça, feito de palha, cordões de miçangas feitos de sementes e dente de animal, adorno de orelha feito de taboca de bambu.

Foto: Alice Pires Van Deursen (2019)



Pessoas da comunidade de Imbiral dançando tambor de crioula Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)

A principal celebração da comunidade de Imbiral é a festa de Santa Bárbara, muito festejada também em outras comunidades quilombolas. O festejo é realizado no início do mês de dezembro e às vezes dura até 3 dias. Além do culto à santa, registros apontam que entre os anos de 1894 e 1896, existia na região de Codó uma congregação de pajés denominada Irmandade Santa Bárbara. Durante o período festivo na comunidade de Imbiral, são feitas preces e danças com Tambor de Crioula.



Dona Maria Velha, fumando um cachimbo na comunidade de Imbiral
Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)



Elementos da cultura indígena e quilombola durante a realização de uma oficina na comunidade de Imbiral
Foto: Alice Pires Van Deursen (2021)



Alice Pires Van Deursen com criança da comunidade
Foto: Sebastiana Teixeira (2021)

FESTA DOS RAPAZES E FESTA DA MENINA MOÇA

POVO TENETEHARA EM FESTA: WYRAU'HAW E KWARE WAHU HAW



FESTA DOS RAPAZES E FESTA DA MENINA MOÇA

Fotografia e texto

Ana Caroline Amorim Oliveira

O povo Tenetehara ou Tentehar é um povo de língua Tupi-Guarani. São conhecidos pelos não indígenas como Guajajara. Chamam sua língua de ze'egete, "a fala boa". Além de sua língua materna falam também o português devido a extensa relação com os não indígenas. Os tentehar são um dos povos mais numerosos no país e no estado do Maranhão com uma população de 23.949 (IBGE,2010) onde possuem 09 territórios demarcados e estão presentes em diversos territórios dos parentes indígenas como a Terra Indígena Governador e Krikati. Estes territórios são dos povos Timbira. Em 1850 uma parte dos Tenetehara/Tentehar migraram na direção do Pará e passaram a receber o nome de Tembé.

Dentre as diversas festas que o povo Tentehar/Tenetehara possui, uma das principais é a Wyrâu'haw ou Festa da Menina Moça. Esta festa marca a passagem da menina para se tornar uma mulher Tenetehar/Tentehar. A festa é marcada pela primeira menstruação da moça que logo inicia o resguardo culminando com a festa conjuntamente com outras meninas que também tiveram a menarca.

Outra festa de passagem para a vida adulta entre o povo Tentehar/Tenetehara é a Festa dos Rapazes ou Kware wahu haw. A mudança na voz marca o momento de preparo para a realização da festa. Poucas aldeias têm realizado esta festa e várias tem retomado a sua realização como a aldeia Lagoa Quieta, T.I. Arariboia. Importante destacar que a Wyrâu'haw não deixou de ser realizada entre eles mesmo com todas as imposições religiosas como aponta o registro de diversos pesquisadores (GOMES,2002; ZANNONI,1999; GUAJAJARA, 2019). As festas são um símbolo de resistência deste povo contra todas as violências culturais impostas a eles.

A seguir iremos apresentar alguns registros das festas dos rapazes e da menina moça na aldeia Lagoa Quieta e Aldeia Chupé Terra Indígena Araribóia entre os meses de setembro e outubro de 2021.



Figura 01- Rapaz sendo pintado de jenipapo para a Festa dos Rapazes. Aldeia Lagoa Quieta. TI Araribóia.
Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 02- Rapazes pintados de urucum e de jenipapo. Aldeia Lagoa Quieta. TI Araribóia. Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 03- Cantadores iniciando a cantoria. Aldeia Lagoa Quieta. TI Araribóia. Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 04- Os banquinhos dos rapazes distribuídos ao longo do barracão. Aldeia Lagoa Quieta. TI Araribóia. Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 05- D. Santana anciã e liderança da aldeia protegendo os jovens. Aldeia Lagoa Quieta. TI Araribóia.
Foto: Ana Caroline Amorim (2021)

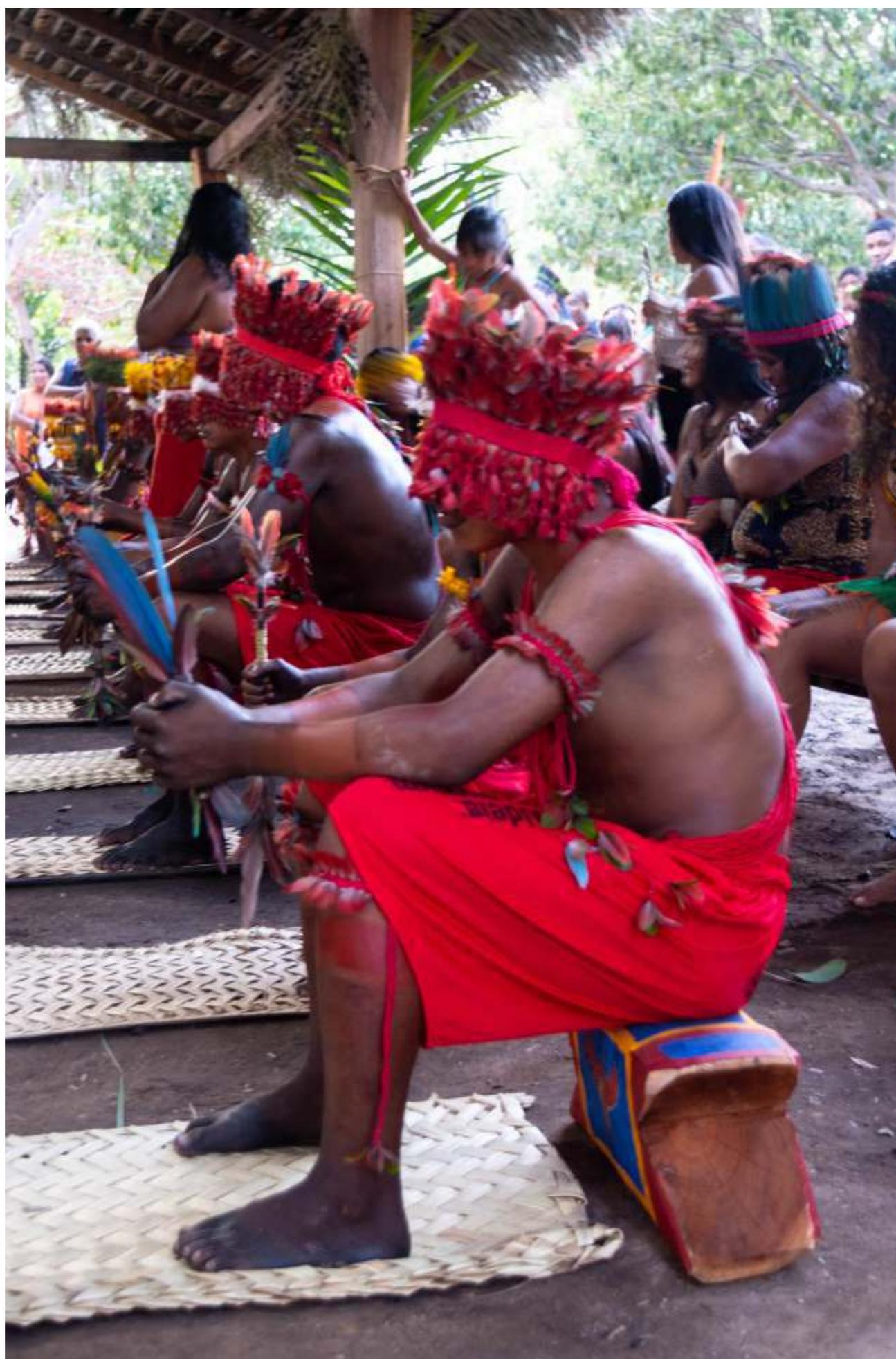


Figura 06 - Rapazes sentados em seus banquinhos. Aldeia Lagoa Quieta. TI Araribóia. Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 07- Rapazes sentados em seus banquinhos. Aldeia Lagoa Quieta. TI Araribóia Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 08- Momento de cantoria da Festa dos Rapazes Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 09- Moqueado da Festa da Menina Moça. Aldeia Lagoa Quieta. TI Arariboia. Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 10 – Meninas sendo pintadas de jenipapo. Aldeia Lagoa Quieta. TI Arariboia. Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 11- Construção da tocaia das meninas durante a festa. Aldeia Lagoa Quieta. TI Arariboia. Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 13- Meninas moças pintadas e preparadas para a Cantoria da noite. Aldeia Chupé. TI Arariboia Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 14- Menina na tocaia esperando para ir para a cantoria. Aldeia Lagoa Quieta. Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 15 – Meninas moças e os cantores. Aldeia Lagoa Quieta. TI Arariboia.
Foto: Ana Caroline Amorim (2021)



Figura 16- Finalização da festa da menina moça. Aldeia Chupé. TI Arariboia.
Foto: Ana Caroline Amorim (2021)

BAIXADA E REENTRÂNCIAS MARANHENSES:

AÇÕES CRIATIVAS DAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS

A CERÂMICA QUILOMBOLA DE ITAMATATIUA, EM ALCÂNTARA

Fotografia e texto
Arkley Marques Bandeira

Apesar da produção ceramista de Itamatatiua ter sido estudada por muitos pesquisadores, que a abordaram por diferentes enfoques e metodologias, pouca atenção foi dada às vinculações históricas entre esse saber ancestral e a formação histórica do Quilombo.

Desde as primeiras aproximações com as ceramistas de Itamatatiua, muitas questões permeavam nossas observações: qual a origem da cerâmica de Itamatatiua?

Como ocorreu a transmissão desse ofício? Trata-se de um saber herdado dos povos indígenas que vivem na região, reconhecidamente exímios ceramistas? Ou esse modo de saber migrou juntamente com as etnias africanas escravizadas que foram traficadas para Alcântara ao longo de quase três séculos e atuou como um mecanismo de resistência cultural? Ou o ofício ceramista foi ensinado pelos Carmelitas quando da exploração econômica das fazendas e olarias, aproveitando ainda mais a disponibilidade da mão de obra? Além disso, a história oral aliada à pesquisa documental e arqueológica poderiam trazer pistas sobre esses questionamentos?

A esse respeito, na maioria das publicações analisadas percebemos uma ênfase nos aspectos técnicos que envolvem a cadeia operatória desse modo de fazer ancestral ou como um elemento cultural a mais que caracterizaria a identidade do Itamatatiuiense, como o festejo de Santa Teresa de Ávila, as rodas de Tambor de Crioula e os conhecimentos de medicina tradicional, benzimentos e outros saberes no plano imaterial.

Conforme abordamos anteriormente, a manufatura da cerâmica e a criação dos produtos são um dos aspectos mais observados na produção bibliográfica analisada, especialmente pelo viés econômico, estético e funcional ou como um elemento cultural da comunidade. Diante dessas problemáticas.

Um dos pontos que merece destaque é o fato de Itamatatiua ser uma das últimas, se não, a última comunidade em toda Alcântara que a produção cerâmica é mantida como prática coletiva. Mesmo que outras louceiras mais velhas ainda dominem a técnica de manufatura em outras comunidades de Alcântara¹, é em Itamatatiua que ela permanece preservada e difundida para as novas gerações. Um segundo aspecto que chama a atenção é a recorrência nos relatos das ceramistas acerca da ancestralidade do ofício, cuja herança advém das louceiras que já morreram e transmitiram o conhecimento para as gerações seguintes.

Essa percepção foi apontada em pesquisa de Cestari et al. (2016), que informaram que mesmo tendo passado por intervenções externas ao longo do tempo, essas práticas preservam traços que identificam os saberes herdados dos ancestrais, guardando um conhecimento secular de produzir objetos com argila da localidade. Em outra publicação, os mesmos autores apontaram que os Carmelitas mantinham no local um espaço de produção artesanal de artefatos cerâmicos voltados para a construção civil e que por mais de três séculos essa prática foi a base do desenvolvimento local, proporcionando renda e qualidade de vida aos moradores Itamatatiua (CESTARI et al. 2014).

Historicamente, a prática cerâmica em Itamatatiua passou fundamentalmente por três momentos. A produção na olaria Carmelita, que finalizou-se com a saída da ordem religiosa da localidade. Em seguida, a produção aconteceu nas casas das artesãs, e, por último, a produção tornou-se coletiva, sendo realizada em um local de trabalho, hoje conhecido como Centro de Produção de Cerâmica de Itamatatiua (CESTARI et al. 2016).

Pereira Junior (2011, 2012) também discorreu sobre as origens do ofício ceramista, especulando se a manufatura cerâmica já existiria desde a presença da olaria antiga. Ou se antes mesmo dos Carmelitas se estabelecerem na região haviam negros aquilombados que já dominavam a técnica, visto que documentos oficiais já fazem menção aos quilombolas de Tamatatiua, visto que a memória oral dos moradores sempre vincula o povoado com a cerâmica, principalmente a construtiva.

1 No Mapeamento Cultural realizado por Araújo (1990), em 1985, foi constatado um número reduzido de pessoas, dentre os povoados pesquisados, que exerce a atividade de fazer louças, a exemplo das localidades de Uru-Mirim, Peru, Itapera, Brito, Baracatatiua, Mamuna e Santa Cruz. Furtado (2018) também registrou em relatos orais de D. Matilde a presença de antigos cacos de potes no quilombo Rio Grande, em Bequimão, cujos artefatos vêm servindo como um marcador para o reconhecimento na contemporaneidade dos locais de moradia dos antigos habitantes, como nas cabeceiras dos rios, onde foram encontrados “cacos de potes”, “cacos de tigela”, “pedras de forno”.

Não obstante, a produção cerâmica permaneceu após o domínio dos religiosos e ganhou dinâmica própria na comunidade. As grandes olarias foram substituídas paulatinamente pelas pequenas olarias, cujas unidades produtivas tornaram-se familiares, destinadas a suprir a demanda da localidade e dos povoados próximos. Ao passo que a cerâmica utilitária passou a ser uma manufatura quase exclusivamente de mulheres, elaborada nos quintais, quando ceramistas criaram a Associação e conseguiram apoio para a construção do Centro de Produção, em 2005 (PEREIRA JUNIOR, 2009).

O deslocamento da produção coletiva para a familiar influenciou as relações sociais e econômicas, ganhando uma dinâmica própria, a exemplo das trocas de dias de trabalho entre as mulheres na feitura de suas peças, não no sentido comercial, mas no associativismo tão presente entre as comunidades tradicionais (PEREIRA JUNIOR, 2011).

Oosterbeek e Reis (2012) destacaram que a cerâmica de Itamatatua atua como uma expressão simbólica derivada do período em as terras estavam sob o domínio dos carmelitanos, cuja prática ainda permanece sendo ensinada por meio da oralidade – de mãe para filha, de avó para neta, de irmã para a irmã – e que representa a manutenção de uma tradição que se ressignifica com o passar dos anos, mesmo perdendo as tipologias originais. Trata-se, portanto, de uma prática tradicional e secular comprovada em documentos oficiais que relatam os bens da ordem no final do século XIX.

Silva et al. (2018) criaram uma vinculação temporal da cerâmica com o seu emprego social relacionado ao transporte e estocagem de água em potes e vasos.

Contudo, a chegada da eletricidade, a distribuição de água dos poços artesianos e a popularização do plástico causaram muitas mudanças na produção. Na mesma perspectiva temporal, Ferreira e Grijó (2009) compreenderam por meio da oralidade das ceramistas que esse conhecimento “foi uma benção da Santa no tempo dos antigos”.

Pereira Junior (2011) também reconheceu que essa longa trajetória culminou com a construção da Associação de Mulheres de Itamatatua, em 7 de maio de 1989, fato que transformou a maneira individualizada para um trabalho coletivo.

Na atualidade, a cerâmica de Itamatatiua é uma tradição local, cuja técnica de produção permitiu ao longo do tempo que ela se diferenciasse, funcionando como um marcador cultural importante, identificada e valorizada nos diferentes lugares onde é comercializada (FILHO, ANDRADE, 2012).

Conforme demonstrado na bibliografia, a maioria dos autores, em maior ou menor grau, partilha da hipótese que vincula o ofício ceramista de Itamatatiua ao conhecimento trazido pelos religiosos europeus, cuja função seria abastecer de telhas, tijoleiras e tijolos o mercado crescente da construção civil da sede de Alcântara.

Contudo, quando do início da etnografia arqueológica que realizamos em Itamatatiua outra hipótese sobre as origens deste ofício se mostrou factível, inclusive referendada por um documento histórico descoberto no Arquivo Histórico Ultramarino.

A esse respeito reproduzimos parte de um ofício datado de 01 de setembro de 1769, portanto, de 250 anos atrás, no qual o Governador da Capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, encaminha para o Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o envio de louça indígena da região de Alcântara, que era vidrada com resina proveniente do jutaí, para que esta pudesse ser analisada (AHU_CU_009, Cx. 43, D. 4262).

Somaram-se a isso, algumas características relacionadas aos usos das matérias-primas, seu processamento e a forma de elaboração das cerâmicas, sobretudo, dos potes, tigelas e peças maiores. Neste contexto, os dados da etnografia arqueológica consubstanciados com a pesquisa de campo estão demonstrando que não podemos duvidar da influência indígena na construção do saber cerâmico em Itamatatiua. Essa influência também é percebida nas nomações de alguns produtos, nos gestos técnicos, nas formas e tecnologia de elaboração das vasilhas com o uso da técnica roletada, acordelada ou espiralada, que consiste na sobreposição dos roletes para sua posterior obliteração.

Evidentemente, o contato com o colonizador europeu deixou fortes marcas no fazer cerâmico em Itamatatiua, especialmente nos processos de queima em fornos fechados que são observados no Centro de Produção, fato que contrasta com a forma de queimar dos povos indígenas no Brasil, que utilizam tradicionalmente à queima a céu aberto. Contudo, umas das



Figura 1 – Jutaicica ressecada no suporte de madeira para selagem da peça.
Foto: Bandeira, 2018.

principais características da cerâmica utilitária europeia é o uso do torno, e tal técnica, nunca foi incorporada ao fazer cerâmico local, mesmo com algumas tentativas recentes.

Em relação a utilização de matérias-primas oriundas do conhecimento indígena, citamos a resina de jutaí, descrita no documento do século XVIII. A jutaicica (Figura 1) é uma resina derivada da árvore do jutaí (*Hymenea courbaril* L.), também denominada de jatobá, jatobazeiro, copal, jari, jataí, jutaí, jutaí-açu. Os produtos do jutaí são reconhecidamente utilizados por várias etnias indígenas e povos tradicionais amazônicos, desde antes da colonização europeia. Os derivados dessa espécie são utilizados como alimento, na medicina tradicional, queimado como incenso ou na construção de casas e canoas.

Não obstante, um dos produtos mais apreciados pelas ceramistas é a resina extraída do tronco por meio de incisões. A seiva que escorre dessas fissuras é conhecida como “copal do Brasil”. Ela se apresenta de diferentes tonalidades e é utilizada como verniz para selagem e acabamento das vasilhas cerâmicas, pois o revestimento garante maior durabilidade pelo fato de impermeabilizar e “vitrificar” a peça.

As ceramistas de Itamatatiua pararam de utilizar a jutaicica no processo produtivo, conforme narrado por D. Canuta de Jesus, que informou que “as louceiras mais velha tinha jutaicica em casa, e passava nas tigelas de beber juçara. Muitas louceiras de Alcântara também, mas já morreram”.



Figura 2 – selagem da peça com jutaicica. Foto: Bandeira, 2018.



Figura 3 – Peça após a aplicação da resina. Foto: Bandeira, 2018.

Apesar do abandono dessa técnica, que remete ao conhecimento indígena, as ceramistas mais experientes de Itamatatuiua conhecem e sabem processar e utilizar a resina do jutaí, inclusive por trocas culturais com núcleos ceramistas de áreas próximas, como as Anas Louceiras de Porto do Nascimento, Mirinzal, Maranhão, distante de Itamatatuiua cerca de 150, cuja a técnica ainda é utilizada conforme ilustrado nas Figuras 2 e 3.

As vinculações históricas entre o conhecimento indígena e o modo de fazer cerâmica em Itamatatuiua não se limitam ao uso da jutaicica para o acabamento das peças. Acompanhando a feitura de alguns recipientes, percebemos que a maioria das peças é feita com o barro misturado com areia fina. Contudo, um número menor de peças era elaborado com o barro misturado com um pó de cinza pilado, de coloração escura.

Fomos informados por D. Neide de Jesus sobre o uso de uma outra matéria-prima extremamente valiosa no processo de elaboração das panelas, frigideiras fôrmas ou outras peças que vão ao fogo, ou seja, que passam por um processo permanente de aquecimento e resfriamento, que se expande e se contrai, necessitando da plasticidade contra rachaduras, resultando também em uma forte resistência física e térmica.

Essa cinza advém da queima da casca da árvore do itaquipé ou taquipé, cuja casca é rica em sílica da família Rutaceae, da espécie *Metpodorea* sp. Em Itamatatuiua, mapeamos a retirada dessa matéria-prima nas matas da Chã do Meio, distante do sítio cerca de 5km (Figura 4). Na retirada do itaquipé, acompanhamos D. Neide de Jesus, D. Heloisa de Jesus e D. Ângela de Jesus, que atuam também como guardiãs dessa floresta

Segundo essas ceramistas, é proibido tocar fogo e fazer roçagem nas áreas onde existem o itaquipé.



Figura 4 - Mata do Chã de meio, localização onde se realiza a extração do Itaquipé.
Foto: Bandeira, 2018.

Existem dois tipos de árvores de itaquipés indicados pelas ceramistas. Um deles é de pequeno porte, com o tronco mais fino e acinzentado. O outro é o mais raro, de maior porte e com o tronco mais grosso. Esse último é o mais usado pelas ceramistas, mas para que a casca esteja apta para a utilização, a árvore é tombada (Figura 5) e permanece na mata por 12 meses, até que a casca (Figura 6) possa se soltar com facilidade.



Figura 5 - Árvore do itaquipé com a casca se desprendendo do caule.
Foto: Bandeira, 2018.



Figura 6 - Cascas do itaquipé após a coleta. Foto: Bandeira, 2018.

Dentre as ceramistas de Itamatatuiua, apenas quatro, D. Neide de Jesus, D. Heloisa de Jesus e D. Maria de Lourdes de Jesus (Pirrixi) e Dona Canuta, dominam o processamento da casca do itaquipé e o seu uso nas vasilhas cerâmicas 2 . O processamento do itaquipé consiste, primeiramente, na queima das cascas secas (Figura 7), para em seguida pilar as cinzas em um pilão até que ganhe a consistência de um pó (Figura 8).



Figura 7 – Pilagem do itaquipé queimado.
Foto: Bandeira, 2018.



Figura 8 – Itaquipé queimado e pilado. Foto:
Arkley Bandeira, 2018.

Um dos aspectos mais relevantes que observamos na etnografia arqueológica em Itamatatuiua reside na técnica de modelamento dos vasilhames. A forma de montagem e a estruturação das peças cerâmicas, especialmente as maiores, são realizadas pela sobreposição de roletes, cordas ou serpentinas, também denominada de técnica roletada, acordelada ou serpenteada. A esse respeito, em uma das primeiras etnografias realizadas para fins arqueológicos no Brasil, Tânia Lima constatou em suas análises sobre a técnica roletada:

“...a confecção de vasilhames entre os índios no Brasil obedece, em linhas gerais, a uma mesma sequência operacional, salvo pequenas variações de caráter local. A técnica utilizada por praticamente todas as tribos ceramistas é a do acordelado, que consiste na superposição de roletes feitos de argila a partir de uma base, em forma de anéis ou espiral” (LIMA, 1986, p. 174). roletada:



Figura – 9 D Domingas de Jesus (Duduí) elaborando seus roletes. Foto: Bandeira, 2019.



Figura – 10 Roletes prontos para ser utilizados. Foto: Bandeira, 2019.

A cadeia operatória para a estruturação das louças em Itamatatua assemelha-se bastante ao já observado entre povos indígenas (LIMA, 1986; SILVA e GARCIA, 2015). Primeiramente, os roletes são elaborados com a fricção das mãos sobre uma massa de barro em movimentos pendulares (vai e vem) (Figura 9), até se obter as serpentinas, que variam de acordo com o tamanho da peça que será feita. Elas são colocadas para descansar sobre a mensaba, uma espécie de esteira de palha do babaçu (Figura 10).

Um aspecto que vale a pena registarmos ocorre com as ceramistas aprendizes que ainda não conseguem obter um rolete simétrico, ou seja, algumas partes são mais grossas ou finas, deixando a peça “embarrigada”, conforme descreveu D. Dos Anjos de Jesus. Essa falha na execução também é denominada de tarariboia ou tariraboia, expressão que também remete ao Tupi, e, segundo D. Neide de Jesus, “é uma cobra de rio que engoliu alguma coisa e ficou embarrigada”.

Após a elaboração dos roletes, as ceramistas partem para a forragem do local em que será preparada a peça, utilizando folhas ou areia, para daí então, iniciar o erguimento da louça.



Figura 11 D. Neide de Jesus realizando a sobreposição dos roletes. Foto Bandeira, 2018.

A peça inicia-se com a elaboração de uma base circular com uma massa de argila, também denominada do fundo da louça (Figura 11). A partir dessas bases os roletes são sobrepostos, até o tamanho desejado, para depois serem unidos por pressão e alisados, fazendo desaparecer toda a rugosidade (Figura 12).



Figura 12 Sobreposição dos roletes quase finalizada por D. Neide de Jesus. Foto Bandeira, 2018.



Figura 13 – Artefatos utilizados na manufatura: cuia, coquinho de anajá, sabugo de milho e cabaça. Foto: Bandeira, 2018.

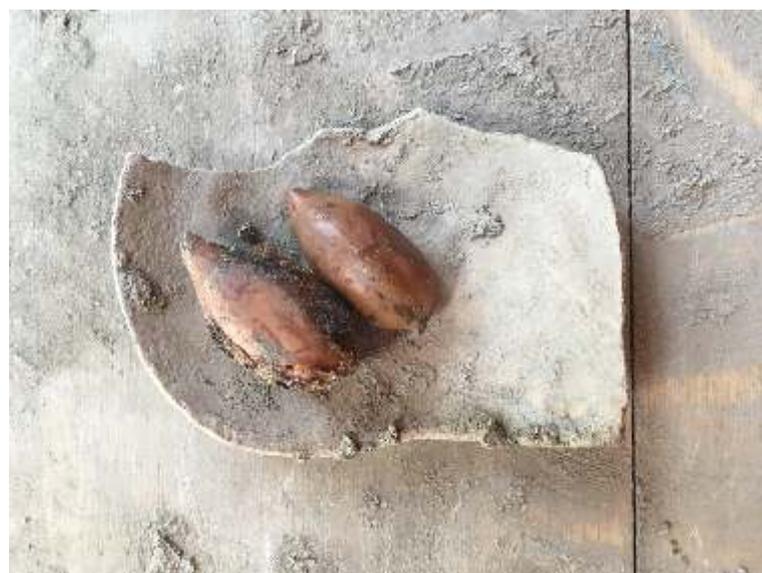


Figura 14 – Coquinhos de anajá e um fragmento de cuia para alisamento das peças. Foto: Bandeira, 2018.

Depois dessa fase, a peça é finalizada com o uso de vários instrumentos que são utilizados nos acabamentos e tratamentos de superfície das peças. Esses objetos também remetem à tecnologia indígena presente na manufatura cerâmica, a exemplo das cuias denominadas localmente pelas ceramistas de cuipeua ou cuiaipeua (Figuras 13 e 14), ambas derivadas da língua do tronco linguístico Tupi-Guarani, das expressões KÛÍÁ, fruto da cuieira ou KÛÍÁ – ‘ BÁ, cabaça partida ao meio (CARVALHO, 1987).

As cuias foram incorporadas no processo produtivo de Itamatatiua desde tempos imemoriais, conforme informou D. Dominas de Jesus, que lembra “das louceiras já usando a cuia”.

Além da cuipeua, utilizada para alisar as paredes das vasilhas, outros elementos observados foram os coquinhos da palmeira de anajá ou inajá (*Attalea maripa*) (Figura 15), espécie local, cujo coco, após alisado, é utilizado para alisar e lustrear (Figura 16) as peças secas antes da queima.



Figura 15 – Alisamento da superfície de um vaso com a utilização da cuipeua. Foto: Bandeira, 2018.



Figura 16 – D. Domingas de Jesus polindo as peças com o coquinho de anajá. Foto: Bandeira, 2018.

As diferentes fontes documentais apresentadas compõem um arcabouço de evidências documentais, linguísticas, históricas, etnográficas e arqueológicas, que em conjunto apontam para uma possível ancestralidade indígena se não na totalidade, mas em grande parte do processo produtivo da cerâmica em Itamatatiua, fortalecendo a hipótese de uma origem ameríndia ainda mais antiga que influenciou o modo de fazer cerâmica.

Diante do exposto, arguimos que o modo de fazer cerâmica em Itamatatiua se assemelha bastante à tecnologia indígena brasileira, principalmente pelo uso da sobreposição de roletes ou tiras para estruturação dos artefatos e o uso de matérias-primas típicas das florestas tropicais amazônicas. Tal assertiva é particularmente importante, visto que, atualmente, não existem populações indígenas autorreconhecidas ou oficiais em Alcântara.

Logo, esses indícios vêm indicando fortes relações afro-indígenas que foram construídas ao longo dos séculos, e que estão perpetuadas nos fazeres, modos de ocupação do território, uso do espaço e tecnologias de cerâmica, cestaria, dentre outros, bem como no universo simbólico e nas religiosidades.

Apesar de não possuímos até o momento evidências concretas de contatos diretos entre as populações indígenas e os primeiros habitantes que ocuparam Itamatatiua à época dos empreendimentos Carmelitas, os dados apresentados nos permitem confirmar que houveram trocas culturais e de conhecimentos técnicos, possivelmente por meio de intercâmbios, migrações, casamentos, difusão ou outros mecanismos de interação. Neste âmbito, a chave para essas questões encontra-se no próprio território tradicional.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. R. 1990. Breve memória das comunidades de Alcântara. São Luís: SIOGE.

Carvalho, M. R. 1987. Dicionário tupi (antigo). Salvador.

CESTARI, G. A. V., M. J. S. Guimarães, L. B. Caracas, D. M. Santos. 2014. Saberes tradicionais e interações na produção de artefatos cerâmicos na comunidade Quilombola de Itamatatiua – MA. Estudos em Design 23: 84–95.

CESTARI, G. A. V.; L. B. Caracas, D. M. Santos. 2016. Artesanato tradicional, design e sustentabilidade: com a palavra quem produz cerâmica em Itamatatiua. *Strategic Design Research Journal* 6: 84-94.

FERREIRA, R. J. S. W. P. Grijó. 2009. Eu e tu em Itamatatiua: traços de uma identidade cultural. *Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Rio de Janeiro: 1-14.

FILHO, B. S., M. P. Andrade. 2012. Patrimônio imaterial de quilombolas – limites da metodologia de inventário de referências culturais. *Horizontes Antropológicos* 38: 75-99.

FURTADO, M. L. S. 2018. Aquilombamento contemporâneo no Maranhão: um rio grande e possibilidades e suas barragens. São Luís: EDUEMA.

JÚNIOR, D. P. 2009. Tradição e Identidade: a feitura de louça na construção da identidade da comunidade de Itamatatiua Alcântara – Maranhão de Especialização, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil.

JÚNIOR, D. P. 2011. Tradição e identidade: a feitura de louça no processo de construção de identidade da Comunidade de Itamatatiua - Alcântara - Maranhão, in *Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais*. Editado por C. C. Martins et al., pp. 20- 52. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas.

JÚNIOR, D. P. 2012. Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

LIMA, T. A. 1986. Cerâmica indígena brasileira, in *Suma Etnológica Brasileira vol. 2 – Tecnologia Indígena*. Editado por D. Ribeiro, pp. 173-229. Petrópolis: FINEP/VOZES.

An aerial photograph of a coastal landscape. A dark, winding road or path curves across the terrain. The landscape is dotted with numerous small, circular structures, possibly houses or small buildings, arranged in a somewhat regular pattern. The terrain appears to be a mix of open land and possibly some vegetation. The overall tone is muted, with a dark overlay.

DOSSIÊ FOTOGRÁFICO

**BAIXADA E
REENTRÂNCIAS
MARANHENSES**

CADERNOS DE CAMPO: PESQUISA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

Entre os dias 06 a 09 de Outubro de 2021, uma comissão do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT) formada por 4 professores e 2 estudantes foram a campo em missão exploratória por comunidades pré-estabelecidas dentro do contexto do programa da PDPG Amazônia Legal.

O objetivo principal se deu em observar presencialmente as potencialidades e demandas de cada localidade escolhida, apresentando-lhes o projeto fomentando o engajamento destas comunidades para pensar coletivamente sobre as possibilidades e ações que melhorem o desenvolvimento humano, social e econômico dessas regiões.

A comissão foi formada pelos professores titulares do programa da pós-graduação: Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho, Dr. Arkley Marques Bandeira, Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim, o professor visitante do programa, Dr. Michele Angelo Tinagli Casarosa, além dos alunos bolsistas pesquisadores, Tereza Cristina Lobato Pereira e Yuri Sampaio Capellato Logrado.

No primeiro dia de missão, dia 06 de outubro, visitamos a comunidade de Itamatatiua (Alcântara) para conhecermos a produção das ceramistas instaladas nesta região. Fomos recebidos em sede própria, construída em 2004, e a roda de conversa foi composta por um grupo de mais de 10 mulheres artesãs: Eloísa de Jesus, Neide de Jesus, Maria de Lourdes de Jesus, Canuta Sebastiana de Jesus, Angela Cristina de Jesus, Lucileide de Jesus, Maria Nazaré de Jesus, Maria dos Anjos de Jesus, Domingas de Jesus, Maria da Paz de Jesus,

Katilene Regina Pereira, Gerta de Jesus, Denise de Jesus, Luzivalda Santos de Jesus e Karen Rose de Jesus, que mostraram seus trabalhos e expuseram ao grupo de pesquisadores seus principais problemas, que segundo elas consiste na suas idades já avançadas e a falta de interesse das novas gerações em aprenderem o ofício.

Outra questão levantada, foi o número grande de jovens mães e donas de casa, que apesar de desejarem trabalhar na produção da cerâmica, não dispõem de creches para deixar suas crianças no período de jornada de trabalho.

A falta de assistência à saúde básica e preventiva é um problema apontado pela comunidade, resultando em problemas como diabetes, hipertensão e catarata.

Apesar do êxito na organização de produção coletiva da cerâmica, notam-se ainda grandes barreiras no que tange a projetos e escoamento da produção para outras regiões e vendas on-line.

Além da visita ao Centro de Produção de Cerâmica, conhecemos a oficina de manufatura de Zé Elias, onde são produzidas telhas, lajotas e tijolos de cerâmica. Todo o processo é manual, incluindo a queima e a produção das peças.

Ao final, na roda de conversa, as ceramistas sugeriram a promoção de cursos de capacitação para os jovens da comunidade, envolvendo produção artesanal, mas também venda e logística); programas de saúde preventiva e atenção à saúde básica na região; sinalização para melhor localização da comunidade e a criação de oportunidades de exposições em eventos no próprio município de Alcântara-MA.

ITAMATATIUA



Desenfo grande
Foto Arkley Marques Bandeira



Pintura mural no Centro de produção de cerâmica de Itamatatua
Foto Yuri Logrado (2021)



Manufatura. Foto: Bandeira, 2018.



Elaboração de cerâmica
manufatura geral
Fotos: Bandeira, 2018.



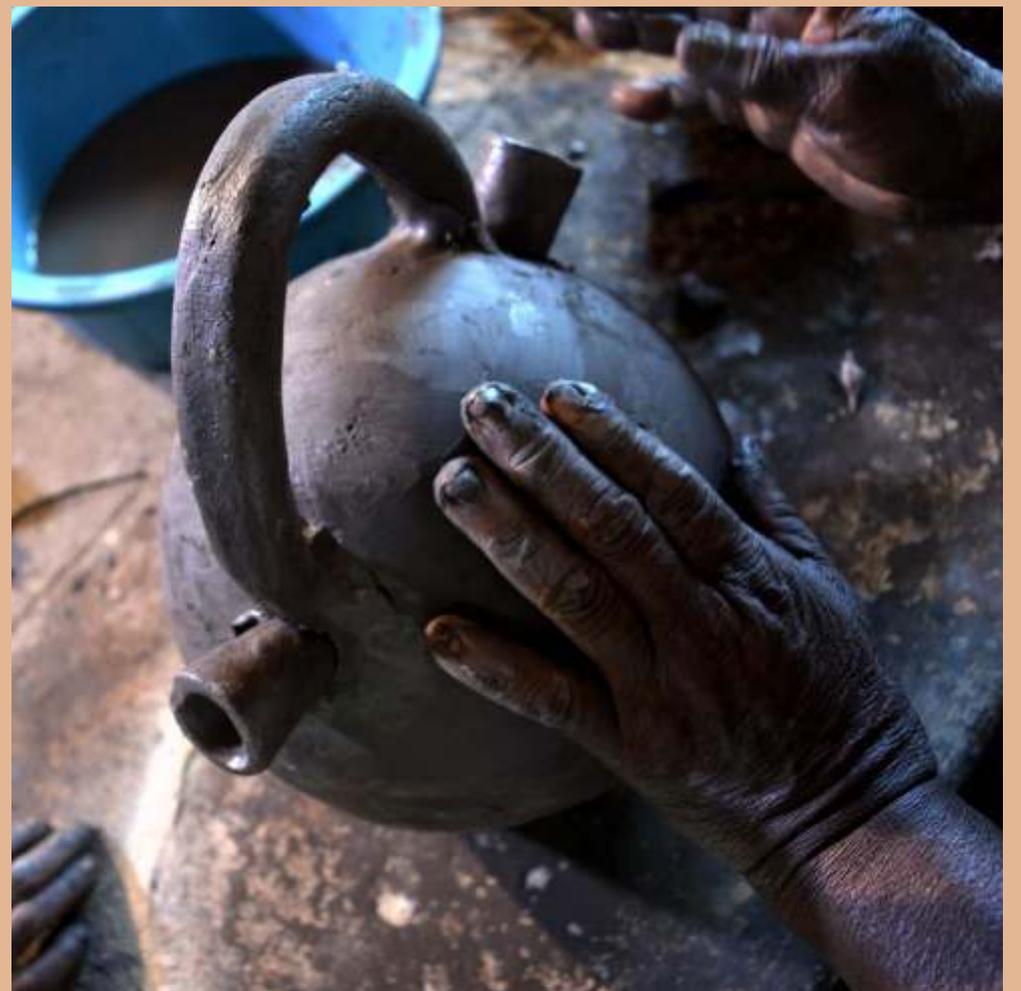
Desen forno grande. Foto: Bandeira, 2018.



Oficina de Zé Elias
Fotos Bandeira (2021)



Cabeças de argila de Pirrixi
Foto Yuri Logrado (2021)



Manufatura. Foto: Bandeira, 2018.



Sinalização do Centro de produção de cerâmica de Itamatataiua. Foto Yuri Logrado (2021)



Foto Arkley Marques Bandeira

Santa Tereza de Jesus em cerâmica. Foto Yuri Logrado (2021)



Peças cerâmicas Foto: Bandeira, 2018.



Forno da oficina de Zé Elias. Foto Bandeira (2021)



Oficina de Zé Elias. Foto Yuri Logrado (2021)



Formas para confecção de telhas, lajotas e tijolos na oficina de Zé Elias. Foto Bandeira (2021)



Mapa do território quilombola de Itamatatua. Foto Yuri Logrado



Ceramistas de Itamataiua em 2021: Heloísa de Jesus, Neide de Jesus, Maria de Lourdes de Jesus, Canuta Sebastiana de Jesus, Ângela Cristina de Jesus, Lucileide de Jesus, Luzivalda Santos de Jesus, Maria Nazaré de Jesus, Maria dos Anjos de Jesus, Domingas de Jesus, Maria da Paz de Jesus, Katilene Regina Pereira, Gerta de Jesus, Denise de Jesus, Karen Rose de Jesus.

Foto Yuri Logrado

MACAJUBAL

No município de Guimarães tivemos nossa primeira roda de conversa em Macajubal. O grupo de pesquisadoras/es foi recebido no posto de assistência básica de saúde por Jocileide Alves Nascimento, liderança comunitária da região. Na ocasião também se encontravam Simone Cunha (Coordenadora de Igualdade Social do município), Antônio Marcos (Secretário de Cultura e Turismo de Guimarães) e moradores de outras comunidades quilombolas do município (Baiacú, Porto Baixo, São José dos Pretos e Monte Alegre).

Segundo a coordenadora de Igualdade Social, o município de Guimarães possui certificadas treze comunidades quilombolas, quatro em processo de certificação e uma em análise. A articulação em rede entre essas comunidades é um mecanismo importante de auto gestão e produção de documentos garantindo a participação em editais e programas que fomentam o desenvolvimento coletivo da região.

Inseridas na agricultura familiar (farinha, milho, arroz), na região são praticados o plantio, a pesca e o artesanato. Destaca-se a existência de programas municipais para a venda de produtos agrícolas destinados a compor cestas básicas e merenda escolar.

Há uma organização para escoamento dessas produções com criação de estratégias de venda pela internet, transporte da produção até o consumidor, mecanismos que tendem a ser aprimorados a partir de novos planos e oportunidades negócios para a região.

Na reunião, os presentes indicaram a importância de iniciativas voltadas para aprimoramento da cadeia operatória da produção agrícola local, oferta de cursos de formação para os jovens, acesso a programas de saúde preventiva e saúde básica. Como proposta de incentivo à leitura, há um projeto de biblioteca comunitária da ONG Vagalume em andamento e expectativa de construção de uma sede para a biblioteca. As lideranças ressaltaram a necessidade de promoção de ações voltadas à melhoria dos portos e proteção aos mangues da região que sofrem com assoreamento e poluição.



Residência em Macajubal. Foto Yuri Logrado (2021)



Vista da comunidade quilombola de Macajubal, município de Guimarães. Foto Yuri Logrado (2021)



Simone Cardoso, coordenadora de Igualdade Racial. Foto Yuri Logrado (2021)



Roda de conversa. Foto Bandeira (2021)

SÃO JOSÉ DOS PRETOS

Dentro do contexto da visita a Macajubal, fizemos uma parada em São José dos Pretos, território quilombola de terra de ganho, de dimensão média, possuindo 11 casas inseridas na agricultura familiar, pesca e produção de farinha.

A Coordenadora de Igualdade Racial de Guimarães, Simone Cardoso, natural do lugar, nos guiou pela comunidade apresentando o Museu Histórico da Comunidade de São José dos Cardosos, atualmente chamada de São José dos Pretos. O museu possui um acervo de fotografias, objetos, mobiliários e cartazes contando a história do lugar e mantendo viva a memória para as novas gerações. Visitamos ainda o antigo porto da comunidade.



Antigo porto em São José dos Pretos. Foto Bandeira (2021)



Carro de boi. Foto Bandeira (2021)



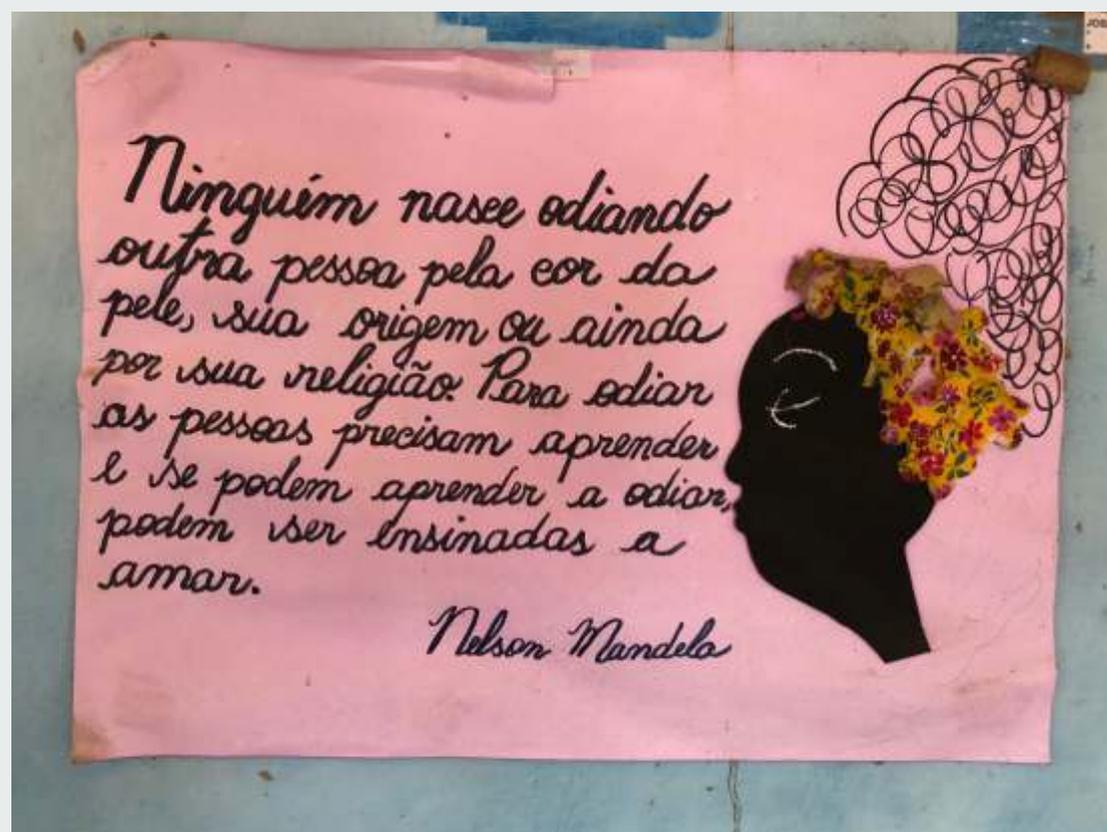
Casa de Farinha. Foto Bandeira (2021)



Chaminé antiga. Foto Bandeira (2021)



Fachada do Museu. Foto Yuri Logrado (2021)



Cartaz do Museu. Foto Yuri Logrado (2021)



Acervo fotográfico do Museu. Foto Bandeira (2021)



Acervo do Museu. Foto Yuri Logrado (2021)



Acervo do Museu. Foto Yuri Logrado (2021)



Acervo fotográfico do Museu. Foto Bandeira (2021)



Acervo do Museu. Foto Bandeira (2021)



Redes de pesca. Foto Bandeira (2021)



Visita da comitiva ao Museu. Foto Yuri Logrado (2021)

DAMÁSIO

Damásio está localizada no município de Guimarães, no litoral norte do estado, inserindo-se na Amazônia legal maranhense, área com potencial ambiental e humano para o desenvolvimento da região.

De acordo com pesquisa realizada pelo mestrando Ricardo Avelar (2021), a população de Damásio é de 224 pessoas distribuídas em 108 famílias, sendo a maioria adultos (101), 36 idosos, 37 jovens e 50 crianças.

Dentre as principais fontes de subsistência, destacam-se a pesca, a agricultura familiar, através do plantio de mandioca e produção de farinha, e, mais recentemente, alguns programas sociais que atuam como políticas públicas reparadoras.

Atualmente, a comunidade tem na população jovem uma importante base das suas lideranças. A criação de ações de turismo a partir das múltiplas experiências no quilombo fomentadas por iniciativas do SEBRAE voltadas para qualificação de hospedarias familiares, condução turística e artesanato criativo com folhas, fibras e materiais encontrados na região.

Há uma grande mobilização por parte da comunidade visando práticas de desenvolvimento sustentável, absorvendo iniciativas trazidas por terceiros, em caráter acadêmico ou mercadológico. Outro ponto forte é a diversificada gastronomia da região. A organização para divulgação e comercialização tem cooperado para incrementação da cadeia.

Durante a roda de conversa, foram pontuadas como demandas questões de saúde preventiva ligadas às doenças mais comuns na comunidade (hipertensão, diabetes, saúde da mulher, catarata), melhoria na estrutura das vias públicas que dão acesso a região (moradores se queixam de grande quantidade de poeira trazida pelos carros, gerando avanço das doenças respiratórias); qualificação do público jovem para história e cultura local; Por fim, um plano de negócios voltado a exportação do artesanato e produtos agrícolas e gastronômicos, além de capacitações voltadas ao âmbito do turismo e hospitalidade.



Futebol no final do dia. Foto Bandeira (2021)



Gilmara, Aline, Tereza e Cruelsilene. Foto Bandeira (2021)



Professoras Conceição e Klautenys. Foto Yuri Logrado (2021)



Igreja em Damásio. Foto Yuri Logrado (2021)



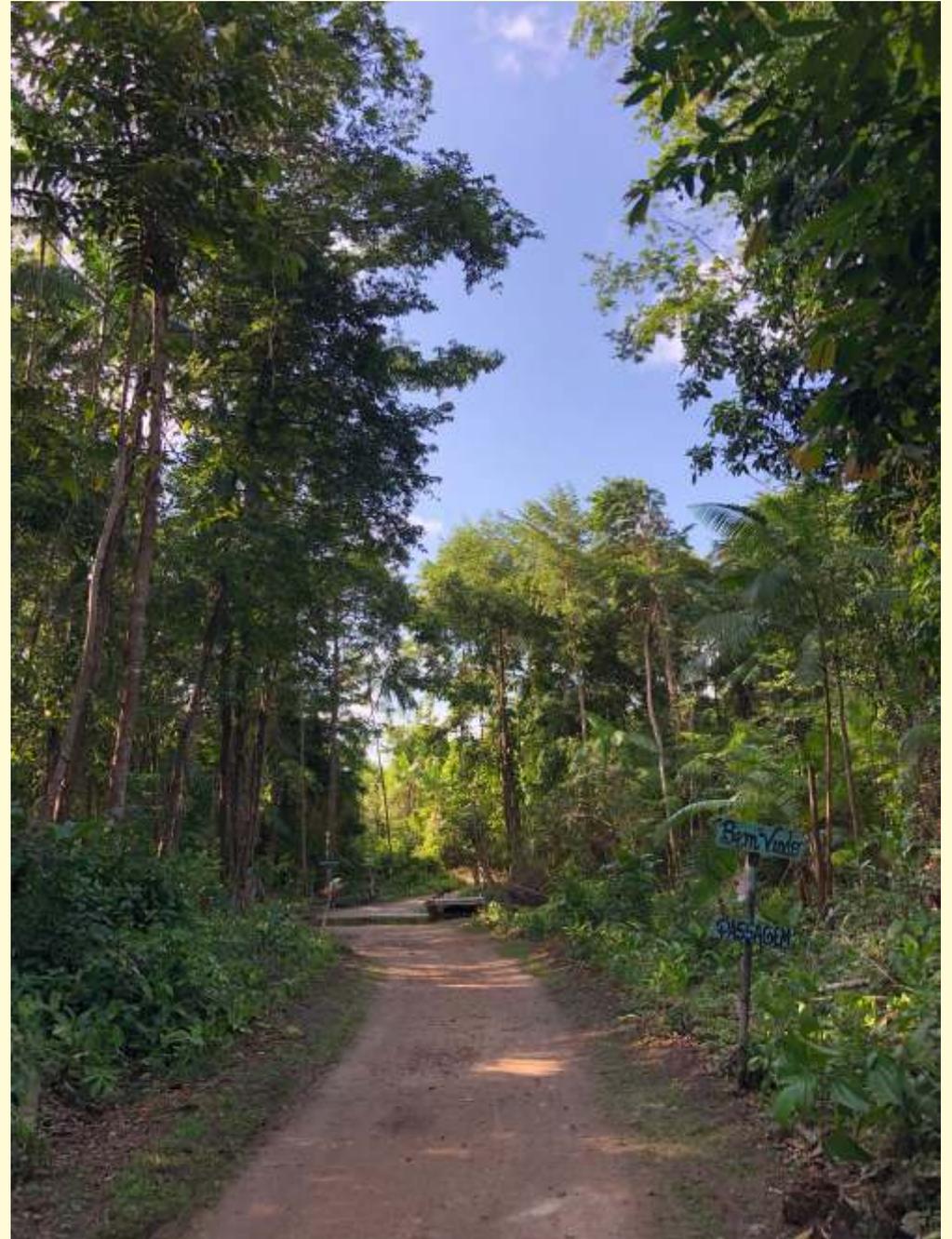
Casa da Farinha
Foto Bandeira (2021)



Prensa. Foto Bandeira (2021)



Placa do dormitório. Foto Yuri Logrado (2021)



Caminho do rio de Damásio. Foto Yuri Logrado (2021)



Placa da entrada de Damásio. Foto Yuri Logrado (2021)



Rio de Damásio. Foto Yuri Logrado (2021)

77

Placas de sinalização no rio. Foto Yuri Logrado (2021)





Rio de Damásio. Foto Yuri Logrado (2021)



Artesanato em Damásio, Bandeira (2021)



Roda de conversa em Damásio. Foto Yuri Logrado (2021)

CURURUPU

No dia 08 de outubro de 2021, fomos visitar a Secretaria de Meio Ambiente, Tecnologia e Turismo do município de Cururupu, sendo recebidos pelo Sr. Marcelo Oliveira, Coordenador de Turismo. Na oportunidade, ele falou sobre as iniciativas do turismo e empreendedorismo na região, com ênfase no turismo de base comunitária, envolvendo principalmente as áreas quilombolas de Aliança e a Ilha de Manguça, onde já se cria uma infraestrutura para esse fim.

Neste encontro, também foi abordada a produção artesanal local, peça importante no atrativo turístico da região. O grupo se mostrou bem organizado, com assessoria do SEBRAE- MA. O grupo, formado por 10 artesãos, todos registrados e organizados, tem uma produção voltada para o uso das fibras (fibra tingida e a combinação de fibra de palmeira e o bordado, ao estilo de couro de boi). Fazem uso de vendas on-line para escoamento das peças para vários locais do Brasil.

Como dificuldades, os artesãos falam da complexidade de obtenção da matéria-prima do Guarimã, bem como deslocamento da mesma até o local da produção das peças e o transporte e venda dos produtos. Para os presentes, iniciativas como oficinas de mídias sociais e vendas virtuais e a construção do CAT- Centro de Atendimento ao Turista, que funcionaria conjuntamente com a casa do artesão de Cururupu, são possibilidades de aquecer e dinamizar ainda mais os projetos para a localidade.



Cururupó 27-6-1909 - MARANHÃO

Cururupu 27.6. 1909. Acervo pesquisa Prof. Leandro. Digitalização Yuri Logrado (2021)



Cantador de boi de Costa-de-mão. Pintura em tela. Autor Werbeth.Foto Yuri Logrado (2021)



Embarcação e boi. Foto Yuri Logrado (2021)



Porto de Cururupu. Foto Yuri Logrado (2021)





Artesanato de Cururupu. Foto Bandeira (2021)



Miniatura Barco - Cururupu. Foto Bandeira (2021)



Miniaturas de brincantes de boi de Costa de Mão. Fotos Bandeira (2021)



Artesanato de fibra com bordado de canutilho em veludo. Foto Bandeira (2021)



Miniatura Barco - Cururupu. Foto Bandeira (2021)



Artesanato de fibra. Foto Bandeira (2021)



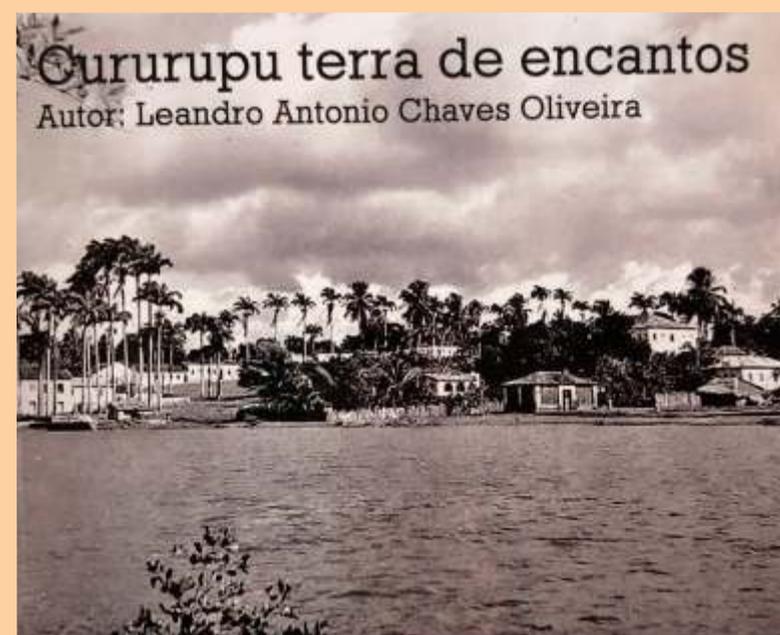
Artesão J. Albino. Foto Bandeira (2021)



Bordado de couro de boi (canutilho, miçanga e pedrarias), Foto Bandeira (2021)



Brasão Escola. Foto Yuri Logrado (2021)



Capa do livro Cururupu Terra de Encantos, Prof. Leandro. Foto Yuri Logrado (2021)

PORTO DO NASCIMENTO AS ANAS CERAMISTAS

Ainda no dia 08 de Outubro, partimos para Mirinzal onde no povoado Porto dos Nascimentos nos reunimos para conhecermos a 'Anas das Louças' que tem como traço fundante todas serem familiares e todas se chamarem "Ana" e se unirem para produzir cerâmicas utilitárias, sendo este conhecimento já repassado por muitas gerações. Na comunidade que tem mais de 165 famílias e aproximadamente 500 pessoas, as Anas reclamam que seus saberes de produção de cerâmica ancestral já está quase sendo instinto na região, isso devido a idade avançada de todas elas, as doenças incapacitantes que insistem em aparecer e também e principalmente ao desinteresse dos jovens em aprender o ofício.



Alisando utensílio de barro com pedaço de cuia Foto: Bandeira, 2018.



Modelagem com roletes Foto: Bandeira, 2018.



Alisando utensílio de barro com pedaço de cua Foto: Bandeira, 2018.



Panela de barro Foto: Bandeira, 2018.



Modelagem com roletes Foto: Bandeira, 2018.



Alguidares
Foto: Bandeira, 2018.

Cesto e socós (armadilha de pesca)



Utensílios de cerâmica Foto: Bandeira, 2018.

SANTO ANTÔNIO DOS CARVALHOS

No dia 09 de Outubro, estivemos com o senhor Elizabeto Ramalho Ribeiro em sua propriedade, localizada no povoado de Santo Antônio dos Carvalhos no município de Pinheiro, conhecido pela produção da melhor farinha artesanal na região.

Seu Elizabeto nos fala sobre suas principais demandas, comentando principalmente do preço das linhas de terra para o plantio, não apenas da mandioca, mas das diversas culturas, uma vez que sobrevive da agricultura familiar. Nesse contexto, as técnicas de plantio artesanal travam uma competição difícil com as extensas plantações e máquinas de grande porte que envolvem a produção da farinha industrializada.

Na conversa foi citada a necessidade de cursos de qualificação para os jovens da comunidade; ações voltadas para o aumento e melhoria da produção agrícola local (preparo do solo e beneficiamento genético); construção de uma casa de forno preservando o costume local, vazada e sem paredes; melhoria na logística do transporte e venda dos produtos; melhor utilização das terras de plantio e busca por melhores condições de compra, venda e consultoria especializada.



Farinhada. Foto Bandeira (2021)





Torra da farinha. Foto Bandeira (2021)



Elizabeto Ramanho Ribeiro. Foto Bandeira (2021)



Extração do caldo de cana. Foto Bandeira (2021)



Fornos. Foto Bandeira (2021)



Roda de conversa. Foto Bandeira (2021)

PDPG PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL

AGRADECIMENTO

Agradecemos à CAPES, pelo fomento deste catálogo, via EDITAL n. 13/2020, bem como todos (as) os (as) colegas do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, discentes e docentes envolvidos no “Projeto Conservação da biodiversidade: interface da economia criativa com a qualidade Ambiental - PDPG -AMAZÔNIA LEGAL”. Processo Número: 0762/2020 / 88881.510069/2020-01 - Publicação financiada com auxílio financeiro CAPES (código financeiro 001) de acordo com a Portaria CAPES 206”.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Título PDPG Amazônia legal maranhense: diversidade sociocultural, sustentabilidade e
atividades socioeconômicas

Autores Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Dr. Arkley Marques Bandeira
Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim
Dr. Michele Angelo Tinagli Casarosa
Tereza Cristina Lobato Pereira
Yuri Sampaio Capellato Logrado
Maria Alice Pires Oliveira Van Deursen
Kátia do Perpétuo Socorro Viana Santos de Alencar
Mariana Queen Cardoso da Silva
Nyedja Rejane Tavares Lima
Suelen Cipriano Milhomem Dantas
Vanessa Matos Tavares Cogo

Capa Dinho Araujo

Projeto Gráfico Dinho Araujo

Formato 30 x 30 cm

Páginas 120

Tipografia Bahnschrift e a Ambang Resesi

Edição 1ª edição - Abril de 2022

Publicação Editora da Universidade Federal do Maranhão
EDUFMA



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO